

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

**EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO
COMPRASGOV**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9900021427/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO nº 90002/2026 - NELTUR
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR GRUPO
DATA DA REALIZAÇÃO: 01/06/2026
HORÁRIO: 10:00H
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.compras.gov.br
UASG Nº 929395

PREÂMBULO

A NELTUR – Niterói – Empresa de Lazer e Turismo, com sede na Estrada Leopoldo Fróes, nº 773, São Francisco, Niterói – RJ, CEP 24.360-005, torna público que, na forma do disposto no processo administrativo nº 9900021427/2026, fará realizar, no dia **01/06/2026, às 10:00 horas** (horário de Brasília), na sede da NELTUR – Niterói – Empresa de Lazer e Turismo - Estrada Leopoldo Fróes, nº 773, São Francisco, Niterói – RJ, CEP 24.360-005, licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO, TENDO COMO CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR VALOR GLOBAL – GRUPO ÚNICO, Modo de Disputa ABERTO**, amparo legal na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Regulamento de Licitações e Contratos da NELTUR, Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, especificamente no que tange o processo de pregão eletrônico; no Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019; na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto Municipal 176 de 2025, demais normas legais e regulamentares aplicáveis à matéria, e nas demais disposições a serem estabelecidas no Edital e seus Anexos.

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 As retificações do instrumento convocatório, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas no Diário Oficial do Município e divulgadas mediante nota no endereço eletrônico www.compras.gov.br, através do nº UASG 929395 – NELTUR na área relacionada a futuras licitações, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.2 As empresas interessadas serão obrigadas a utilizar sítio eletrônico do item anterior para a obtenção das informações sobre o certame.

1.3 O edital encontra -se disponível nos endereços eletrônicos www.compras.gov.br www.neltur.com.br, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a doação de uma resma de papel A4, na sede da NELTUR – Niterói – Empresa de Lazer e Turismo - Estrada Leopoldo Fróes, nº 773, São Francisco, Niterói – RJ, CEP 24.360-005 no Setor de Compras e Licitação.

1.4 Caberá ao Pregoeiro responder aos pedidos de esclarecimentos e impugnações no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

1.5 Os interessados poderão formular impugnações ao edital em até 03 (três) dias úteis anteriores à abertura da sessão, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame no seguinte endereço: na sede da NELTUR – Niterói – Empresa de Lazer e Turismo - Estrada Leopoldo Fróes, nº 773, São Francisco, Niterói – RJ, CEP 24.360-005 no Setor de Compras e Licitação, ou, ainda, através de e-mail licitacao@neltur.com.br

1.6 Caberá ao Presidente da NELTUR – Niterói Empresa de Lazer e Turismo S.A. auxiliado pelo Comissão de Licitação, decidir sobre a impugnação, observado o disposto no item 1.1.

2 DO OBJETO

2.1 - O presente tem por objeto a contratação de empresa especializada na locação de veículos automotores de passeio e utilitários, sem condutor e com quilometragem livre, para atender às necessidades operacionais, de fiscalização turística e de representação institucional da Niterói Empresa de Lazer e Turismo S/A – NELTUR.

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

3- DO PREÇO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO

3.1 O valor total estimado pela Administração para o objeto da contratação possui caráter sigiloso.

3.2 Orçamento sigiloso somente será tornado público após a fase de julgamento das propostas, sem prejuízo do acesso irrestrito pelos órgãos de controle interno e externo, sempre que solicitado.

4 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão:

a) As empresas especializadas cujo objetivo social contenha atividades compatíveis com o fornecimento do objeto desta licitação, observada a necessária qualificação, e que satisfaçam às exigências deste edital, inclusive quanto à documentação constante deste instrumento e seus anexos

4.2 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

4.3 – A chave de identificação e senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, ou em virtude de sua inabilitação perante outro responsável pela licitação.

4.4 – O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diariamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiro.

4.5 – A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

4.6 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

licitante ou seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão.

4.7 – A participação dar-se-á por meio da digitação da respectiva senha privativa e subsequente encaminhamento e proposta de preço, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, em horário de Brasília.

4.8 – Os licitantes devem declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que possuem os documentos necessários de habilitação para participar deste certame, salientando que a apresentação de declaração falsa sujeitará a licitação às sanções administrativas previstas neste edital.

5 - DAS VEDAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Não será permitida a participação na licitação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas, sendo também vedada a participação empresas punidas por:

a) Ente, Autarquia ou Fundação da Administração Pública do Município de Niterói, pelas infrações prescritas da Lei nº 13.303/2016.

b) Ente ou Entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal, pelas infrações prescritas da Lei nº 13.303/2016.

5.2 Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas da Lei n.º 13.303/2016

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

6- DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1 – A abertura da Sessão Pública deste Pregão Eletrônico, conduzido pelo Pregoeiro ocorrerá na data e hora indicadas no preâmbulo deste edital, no endereço eletrônico www.compras.gov.br.

6.2 – Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.3 – A comunicação entre o pregoeiro e o licitante ocorrerá exclusivamente mediante a troca mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (*chat*).

6.4 – Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda dos negócios, de antes da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7 - DA PROPOSTA DE PREÇO ELETRÔNICA

7.1 A Proposta de Preço deverá ser enviada como anexo no momento do registro dos valores exclusivamente por meio do sistema eletrônico, na qual a licitante deverá consignar de forma expressa:

a) Que compreende a descrição dos serviços ofertados, inclusive com a indicação da marca, o preço unitário e total dos produtos, de acordo com o TERMO DE REFERÊNCIA – Anexo I deste Edital.

b) O oferecimento pelo licitante do produto ofertado implica em aceitação e entrega de todos os itens, conforme TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO, com suas especificações e quantidades, sem qualquer restrição, sob pena de invalidação e não aceitação da proposta ofertada.

c) Menção de ser optante ou não optante do SIMPLES NACIONAL.

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

d) Declarar que os itens ofertados estão em conformidade com as especificações contidas no ANEXO I – Termo de Referência do Objeto, deste Edital.

e) Declarar, ainda, que nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos indispensáveis à perfeita execução do objeto deste Edital, assim abrange todos os custos com materiais e serviços necessários a entrega do(s) item(ns) em perfeitas condições de uso, eventual substituição de unidades defeituosas e/ou entrega de itens faltantes.

f) Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

g) Quaisquer tributos, custos e despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título.

h) Conter oferta firme e precisa para que não haja qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.2 A proposta deverá apresentar preços correntes de mercado, fixos e irremovíveis, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária ou de custo financeiro.

7.3 Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará a desclassificação de sua proposta.

7.4 Até a abertura da Sessão, a licitante poderá retirar o substituir a proposta anteriormente encaminhada.

7.5 A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

8 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

8.1 O critério de julgamento desta licitação obedecerá ao Decreto Municipal nº 14.730/2023 a saber, a de **MENOR PREÇO, TENDO COMO CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR VALOR GLOBAL – GRUPO ÚNICO** sendo considerada vencedora a Licitante que obtiver o menor preço por **GRUPO**, consoante as especificações do Anexo I – Termo de Referência do Objeto. O objeto deste Edital será adjudicado à licitante cuja proposta for considerada vencedora.

8.2 O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

8.3 Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão oferecer lances sucessivos e decrescentes, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.4 Aos Licitantes proclamados classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

8.5 A licitante somente poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado ou registrado no sistema.

8.6 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.

8.7 Os lances apresentados e lavados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.8 Durante a fase de lances o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerável inexequível.

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

8.9 Caso não se realizem os lances, será verificada a conformidade entre a proposta enviada em menor preço e valor estimado para a contratação.

8.10 O encerramento da etapa de lances da sessão pública de pregão eletrônico poderá ocorrer em momento aleatoriamente definido pelo sistema eletrônico, após o tempo previsto inicialmente.

9 - MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1 Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até 5% superior a melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

9.2 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão.

9.3 Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se encontrarem na situação descrita nesta condição, na ordem de classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na hipótese descrita nesta condição, o sistema fará sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

9.5 Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originariamente mais bem classificada se, após negociação houver compatibilidade de preço com o valor estimado para a contratação, a licitante for considerada habilitada e tiver a sua amostra aceita, se for o caso.

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

9.6 No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10 – DA NEGOCIAÇÃO

10.1 Após o encerramento da etapa de lances, concedido o benefício a microempresas e empresas de pequeno porte, de que trata o artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtida a melhor preço, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

10.2 A negociação será realizada por meio de sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.3 O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto a compatibilidade do preço com o valor estimado para a contratação.

10.4 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10.5 Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor igual a zero, incompatíveis com os preços praticados no mercado acrescido dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração.

10.6 Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar, quanto a compatibilidade de preço, o pregoeiro anunciará, imediatamente após o encerramento da etapa de lance, o licitante vencedor, ou quando for o caso, após a negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

10.7 O licitante vencedor deverá encaminhar em formulário eletrônico específico com os

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

valores readequados ao valor total representado pelo seu lance, no prazo de lances da sessão pública.

11- DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO

11.1 No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, para a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

11.2 Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente após comunicação às participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

12 - DA HABILITAÇÃO

12.1. Os Documentos de Habilitação do licitante vencedor, já inseridos no COMPRASGOV conforme item 6.2, poderão ser solicitados pela Comissão de Licitação para verificação de sua autenticidade, ao endereço estabelecido, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública.

12.2 Licitante deverá apresentar para participar da presente licitação, sob pena de inabilitação, as declarações que constam nos anexos do edital, que são: **Anexo II** – Modelo de Declaração da Condição de ME ou EPP, **Anexo III** – Modelo Proposta de Preço, **Anexo IV** – Modelo de Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do art7º da Constituição Federal, **Anexo V** – Declaração de não contribuinte de ISS e Taxas Municipais, **Anexo VI** – Modelo de Declaração de Idoneidade, **Anexo VII** – Modelo de Declaração de Superveniência, **Anexo VIII** – Modelo de Declaração de Optante pelo Simples, **Anexo IX** - Declaração de Pleno Conhecimento do Local de Execução dos Serviços e **Proposta Final com o valor readequado e com os dados bancários para pagamento.**

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

13 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

13.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a) Cédula de Identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos Arts. 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g) Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

14. DAS COOPERATIVAS

14.1 Será admitida a participação de cooperativas que atendam às exigências deste ato convocatório, no que couber, e apresentem, na habilitação os seguintes documentos:

I – Ata de fundação;

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

- II – Estatuto (com ata da assembleia de aprovação);
- III – Regimento interno (com ata da aprovação);
- IV – Regimento dos fundos (com ata de aprovação);
- V – Edital de convocação de assembleia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;
- VI – Registro da presença dos cooperados em assembleias gerais;
- VII – Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;
- VIII – Relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

14.2 Não será admitida participação de cooperativas fornecedoras de mão-de-obra, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados.

15 – DA HABILITAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

15.1 Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a)** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c)** A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante;
- d)** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual;

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

e) Prova da regularidade com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal.

f) Certificado de Regularidade de Situação relativo ao FGTS, demonstrando situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

15.2 Os licitantes que não possuam qualquer inscrição neste Município deverão apresentar a Certidão Negativa de Débitos Municipais (ou certidões similares) expedidas pelo Município de sua sede; e, conjuntamente, Certidão de Não Contribuinte do ISS e Taxas do Município de Niterói.

15.3 No caso excepcional, da certidão de Não Contribuinte do ISS e Taxas do Município de Niterói não ser fornecida do modo como requerido no item anterior, poderá o licitante declarar, facultativamente, sob as penas Lei nº 13.303/2016, que não é contribuinte do ISS e Taxas do Município de Niterói, conforme modelo do Anexo.

15.4 A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar a documentação de regularidade fiscal ainda que está acuse a existência de débitos.

15.5 À microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da declaração do vencedor do certame, para a regularização da documentação, podendo ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da administração pública.

15.6 A não apresentação no prazo estipulado implicará na decadência do direito, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 13.303/2016

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

16 – DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

16.1 Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, conforme súmula 12 do TCE/RJ:

a) A participação de sociedades empresárias em recuperação judicial ou extrajudicial em procedimentos licitatórios deve ser permitida, em observância ao princípio da preservação da empresa, desde que haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação.

16.2. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

16.3. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

16.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

16.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

16.6 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (art. 65, §1º, Lei nº 14.133, de 2021).

17 - DA HABILITAÇÃO TÉCNICA:

17.1 Para fins de habilitação técnica, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos, a fim de garantir a qualidade e a continuidade da prestação dos serviços:

17.2 Atestado(s) de Capacidade Técnica: Apresentação de 01 (um) ou mais atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem ter a licitante executado serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

licitação. O(s) atestado(s) deve(m) explicitar a experiência na gestão de frota de veículos automotores sem condutor, incluindo a responsabilidade pela manutenção preventiva, corretiva e serviço de assistência 24 horas (guincho);

17.3 Comprovação de Rede de Assistência (SLA): Declaração formal de que a licitante possui, na data da assinatura do contrato, rede de assistência técnica (oficinas, guinchos) própria ou credenciada na região de Niterói/RJ e Grande Rio, capaz de atender aos chamados de manutenção corretiva e socorro mecânico dentro do prazo máximo de 2 (duas) horas, conforme exigido no Acordo de Nível de Serviço (SLA) deste Termo;

17.4 Não serão aceitos atestados que comprovem apenas a 'locação simples' sem a gestão de manutenção agregada, visto que o objeto inclui a garantia de funcionamento ininterrupto da frota.

18 – DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

18.1 A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

18.2 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

18.3 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, deverá a Pregoeira considerar o proponente inabilitado.

18.4 Eventuais vícios formais na apresentação dos documentos de habilitação poderão ser saneados na Sessão Pública de processamento do Pregão, através da verificação da informação efetuada através de sítio eletrônico oficial e hábil a conferência.

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

18.5 Documentos apresentados com a validade expirada acarretará a inabilitação do proponente.

19 – DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

19.1. O Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao arrematante, com a posterior homologação do resultado pela autoridade competente.

19.2 No caso de interposição de recurso, a homologação ocorrerá após o seu julgamento.

19.3 Uma vez homologado o resultado da licitação pela autoridade competente será o licitante vencedor convocado para assinatura do competente instrumento contratual.

19.4 A NELTUR, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da apresentação da proposta, convocará a vencedora do certame para assinatura do contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

19.5 – A convocação a que se refere o subitem anterior far-se-á através de comunicação endereçada diretamente à licitante vencedora, dentro do prazo de validade da sua proposta.

19.6 – O prazo estabelecido no documento de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte durante o seu transcurso e se acolhidas pela Administração as justificativas apresentadas.

19.7 A licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital.

19.8 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, até 5 (cinco) dias úteis após sua convocação, caracterizará o descumprimento total da obrigação, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

19.9 Nesse caso, o pregoeiro convocará o segundo colocado para propor a contratação nos termos da proposta vencedora.

19.10 Caso o segundo colocado não aceite firmar a contratação nos termos da proposta vencedora, será facultado ao Município de Niterói analisar a oferta deste, subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, ou revogar a licitação.

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

20- DA RECUSA DO ADJUDICATÁRIO

20.1 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, até 5 (cinco) dias úteis após sua convocação, caracterizará o descumprimento total da obrigação, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas, e facultando ao Município de Niterói convocar os licitantes remanescentes, obedecidas a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

21- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

20.1 Efetuar os pagamentos devidos.

20.2 Receber o objeto do contrato e atestar a execução dos serviços.

20.3 Rejeitar veículos em desacordo com as especificações, exigindo substituição em até 2 (dois) dias úteis.

20.4 Responsabilizar-se pelas multas de trânsito decorrentes de infrações cometidas por seus condutores.

20.5 Arcar com despesas de estacionamento, pedágio, lavagem simples e borracharia (furos de pneu).

20.6 Apresentar à CONTRATADA, em 72 horas, Boletim de Ocorrência em caso de sinistro, com cópia da CNH do condutor.

20.7 Disponibilizar motoristas habilitados e indicar seus dados à Contratada.

20.8 Devolver o veículo com tanque cheio ao final da locação, da mesma forma que foi recebido (Cláusula de Combustível).

21 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

21.1 Disponibilizar e manter o veículo devidamente registrado, de propriedade da Contratada (ou financiado em seu nome), em perfeitas condições de uso, nas características originais de fábrica.

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

- 21.2** Apresentar no ato de celebração do Contrato o CRLV e as Apólices de seguros com cobertura total.
- 21.3** Arcar com despesas de IPVA, Seguro total, licenciamento e taxas correlatas.
- 21.4** Os veículos locados deverão apresentar cobertura de seguro total: danos materiais e perda total (mínimo R\$ 100.000,00), danos pessoais a terceiros (mínimo R\$ 50.000,00) e outras avarias. A franquia será de responsabilidade do órgão Contratante apenas em caso de sinistro causado por culpa exclusiva deste.
- 21.5** Licenciar necessariamente o veículo no Estado do Rio de Janeiro.
- 21.6** Fornecer veículo 0 km (Ano 2026) e substituí-lo obrigatoriamente quando atingir 90.000 km rodados, sem ônus para a contratante.
- 21.7** Entregar os veículos em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da Autorização de Compra/Serviço.
- 21.8** Os veículos deverão manter a cor padrão de fábrica, vedado o uso de logomarcas da CONTRATADA.
- 21.9** Oferecer serviços de Assistência 24 horas (guincho e socorro mecânico).
- 21.10** Responsabilizar-se pela manutenção preventiva (conforme manual do fabricante) e corretiva. A preventiva deve ser agendada com antecedência mínima de 48h.
- 21.11** Substituir o veículo em até 24 (vinte e quatro) horas em caso de pane, acidente ou manutenção, por veículo reserva de mesma categoria, com tanque cheio.
- 21.12** O veículo reserva deverá ser disponibilizado e devolvido com tanque cheio.
- 21.13** É vedada a subcontratação total do objeto. A subcontratação parcial limita-se a serviços acessórios (guincho, manutenção), nos termos da legislação vigente.
- 21.14** Manter sigilo sobre dados e informações da Contratante.

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

22 - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

22.1 O objeto do contrato não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Município de Niterói.

22.2 O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

22.3 Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

22.4 Fica expressamente vedada a possibilidade de subcontratação de cooperativas.

22.5 O subcontratado será responsável, junto com a Adjudicatária, pelas obrigações decorrentes do objeto do contrato, inclusive as atinentes à Contratada, descritas nos subitens do item 13, quanto aos aspectos previdenciários e trabalhistas, nos limites da subcontratação, sendo-lhe aplicável, assim como a seus sócios, as limitações convencionais e legais.

23. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

23.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mandadas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

24 – DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PRAZO E RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

24.1 O prazo da prestação dos serviços descritos no Anexo I – Termo de Referência do Objeto, será conforme contrato.

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

24.2 O objeto desta licitação deverá ser prestado na forma do cronograma e no local indicado no Anexo I – Termo de Referência.

25. DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

25.1 O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

25.2 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma comissão constituída de 02 (dois) membros designados pelo Presidente, conforme ato de nomeação.

25.3 A comissão a que se refere o item 20.2, sob pena de responsabilidade administrativa, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

25.4 A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

25.5 A instituição e a atuação da fiscalização da prestação do serviço, objeto do contrato, não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

26 - DA RESPONSABILIDADE

26.1 A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

26.2 A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

26.3 A **CONTRATADA** será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND), a Certidão Negativa de Débitos de tributos e Contribuições Federais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

26.4 A **CONTRATADA** será obrigada a apresentar Certidão Negativa no Registro de Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA) supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através do endereço eletrônico: HTTPS://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php.

26.5 A ausência da apresentação dos documentos mencionados no item 17.3 ensejará a retenção do valor do pagamento da parcela(s) devida(s), que só poderá ser realizado mediante a regularização da falta.

26.6 A comissão de fiscalização do contrato poderá a qualquer tempo, caso tome conhecimento de existência de débito trabalhistas da **CONTRATADA**, solicitar a autoridade superior a retenção do pagamento à **CONTRATADA** prevista no item 17.4.

26.7 – Será feita uma verificação da integridade física dos itens recebidos, de forma a assegurar que nenhum tipo de dano possa ter sido causado aos mesmos durante o transporte.

28 – DO PAGAMENTO

28.1 - Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto do presente pregão, ocorrerão por conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

Natureza da despesa: 33.90.33

Fonte de recurso: 1.704.00

Programa de trabalho: 105223.122.0145.6187

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

28.2 As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

28.3 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, em parcela única ou parcelado, conforme cronograma de execução do contrato, mediante crédito em conta corrente da contratada, em instituição financeira contratada pelo CONTRATANTE, contados do primeiro dia útil do envio via fax ou e-mail do respectivo Certificado de Aceitação referente ao recebimento definitivo.

28.4 No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo CONTRATANTE ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo CONTRATANTE, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

28.5 A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão) ser encaminhada para pagamento no endereço tesouraria@neltur.com.br e contabil@neltur.com.br não podendo conter rasuras e devendo corresponder ao(s) serviço fornecido, acompanhada do comprovante de recolhimento de FGTS e INSS, bem como atendimento de todos os encargos relativos à mão e obra empregada no contrato.

28.6 A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão) ter o mesmo CNPJ da Proposta de Preços, pois a divergência impossibilitará a apropriação e o pagamento.

28.7 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

28.8 A(s) Nota(s) Fiscal(is) deverá(ão) ser emitida(s) em favor da Niterói – Empresa de Lazer e Turismo S.A. - NELTUR, CNPJ: **29.541.968/0001-07**, Inscrição Estadual: **85.393.18**.

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

28.9 No caso de empresas não optantes pelo Simples, deverão destacar na Nota Fiscal/ Fatura, os valores e alíquotas referentes aos tributos federais a serem retidos, conforme Instrução Normativa SRF nº 480/04 da Secretaria da Receita Federal e suas alterações.

28.10 Será de inteira responsabilidade da Licitante vencedora as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto desta licitação ficando, ainda, o Município de Niterói isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

28.11 Já estarão retidos na fonte os impostos: IR, PIS, COFINS, CSLL, consoante as Instruções Normativas SRF nº 480/04 da Secretaria da Receita Federal e suas alterações.

28.12 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias para pagamento ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.

28.13 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPC-A e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

29 - DA GARANTIA CONTRATUAL

29.1 A garantia prevista no artigo 70 da Lei nº 13.303/16 fica dispensada, uma vez que poderia inviabilizar o certame, de acordo com a justificativa constante do processo administrativo respectivo.

29.2 Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

30 – DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

30.1 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

30.2 Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá peticionar contra o ato convocatório.

30.3 O Pregoeiro deverá decidir sobre a petição conforme o item 1.6 deste Edital.

30.4 Se for acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

31 - DOS RECURSOS

31.1 O interesse do licitante em interpor recurso deverá se manifestado, por meio do COMPRASGOV, no prazo de 30 (trinta) minutos, após a declaração do vencedor pelo pregoeiro, expondo motivos. Na hipótese de ser aceito o recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando desde logo os demais licitantes cientes e intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo, mediante requerimento dirigido ao pregoeiro.

31.2 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

31.3 A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante quanto ao resultado do certame, importará preclusão do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

31.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente fará adjudicação da licitação ao licitante vencedor.

32 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

32.1 Sem prejuízo de indenização por perdas e danos, cabível nos termos do Código Civil, a Administração poderá impor a CONTRATADA, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações a que esteja sujeita, as sanções previstas no artigo 82 e seguintes, da Lei Federal n.º 13.303/16, nos moldes da Lei Municipal n.º 1.494/96.

32.2 A CONTRATADA que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a contratação, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro Municipal suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

32.3 Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, a CONTRATADA estará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração, em conformidade com os artigos 83 e 84, da Lei n.º 13.303/16, e nos moldes da Lei Municipal n.º 1.494/96, garantida a ampla defesa e o contraditório

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

32.4 O não cumprimento da execução do serviço, estabelecido DO TERMO de REFERÊNCIA acarretará a devolução integral do montante transferido, com juros e correção monetária, além das sanções previstas neste CONTRATO.

32.5. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão CONTRATANTE, devendo ser aplicada pelo Ordenador de Despesa, na forma abaixo:

- a) A advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b do **ITEM 32.3**, serão impostas pelo Ordenador de Despesa;
- b) A suspensão temporária da participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c do **ITEM 32.3**, será imposta pelo Ordenador de Despesa, devendo ser submetida à apreciação do Secretário Municipal da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada;
- c) A aplicação da sanção prevista na alínea d do **ITEM 32.3** é de competência exclusiva do Secretário Municipal da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

32.6 A multa administrativa, que poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra, não tendo caráter compensatório e nem eximindo a responsabilidade por perdas e danos pelas infrações cometidas, será aplicada da seguinte forma:

- a) Nos casos de compras e serviços, multa moratória por atraso de até 30 trinta (dias) no percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor da obrigação por dia de atraso;
- b) Nos casos de compras e serviços, multa moratória por atraso após 30 (trinta) dias e até 60 (sessenta) dias no percentual de 4% (quatro por cento) sobre o valor da obrigação por dia de atraso;
- c) Nos casos de obras e serviços a estas vinculados, multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor da obrigação por dia de atraso;

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

d) Em caso de atraso de mais de 60 (sessenta) dias, será entendido como inexecução total do contrato;

e) Pela inexecução total ou parcial do ajuste, multa de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor das mercadorias, serviços da obrigação não cumprida, devendo o valor ser graduado conforme a gravidade da infração.

32.7 Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à CONTRATADA quando não apresentada a documentação exigida no **ITEM 32.2**, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

32.8 A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do **ITEM 32.3**:

- a) Não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) Sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c) Será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sexto, da cláusula oitava.

32.9 A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do **ITEM 32.3**, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

32.10 A reabilitação referida pelo **ITEM 32.9** poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

32.11 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do artigo 412, do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

32.12 Se o valor das multas previstas no **ITEM 32.6**, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

32.13 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

32.14 A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação da CONTRATADA, para conhecimento da infração cometida, dos fatos e dos fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como da penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

32.15 A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

32.16 A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c do **ITEM 32.3**, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

32.17 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

32.18 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela CONTRATANTE, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

32.19 Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com a sanção de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar pela União, os Estados e os Municípios capitais de Estado ou com Produto Interno Bruto – PIB - igual ou maior do que Niterói, conforme listagem divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Niterói enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

32.20 Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Niterói enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

32.21 As penalidades serão registradas pelo CONTRATANTE na Secretaria de Administração.

32.22 Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido o extrato de publicação no veículo de publicação dos atos oficiais do Município do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do PARÁGRAFO SEGUNDO, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Niterói.

33 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

33.1 É facultado ao Município de Niterói, quando convocada(s) a(s) Licitante(s) Vencedora(s) e esta(s) não aceitar(em) os prazos e condições estabelecidos, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar o Pregão Eletrônico.

33.2 - É facultado ao Licitante ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

33.3 - Fica assegurado a Neltur o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

33.4 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Neltur não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

33.5 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

33.6 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

33.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

33.8 O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos de todas as Licitantes pelo prazo de 15 (quinze) dias, contados da homologação da licitação.

33.9 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

33.10 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, no endereço constante pelo endereço de e-mail: licitacao@neltur.com.br , até 03 dias úteis antes da data de

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

abertura do certame.

33.11 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação ou a obrigatoriedade de serem utilizados os serviços.

33.12 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do término.

33.13 As obrigações resultantes do presente certame licitatório deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

33.14 Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência do Objeto.

Anexo II – Modelo de Declaração da Condição de ME ou EPP.

Anexo III – Modelo Proposta de Preço.

Anexo IV – Modelo de Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do art7º da Constituição Federal.

Anexo V – Declaração de não contribuinte de ISS e Taxas Municipais

Anexo VI – Modelo de Declaração de Idoneidade

Anexo VII – Modelo de Declaração de Superveniência.

Anexo VIII – Modelo de Declaração de Optante pelo Simples.

Anexo IX - Declaração de Pleno Conhecimento do Local de Execução dos Serviços.

Anexo X– Minuta Contratual.

33.15 Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade superior, observados os princípios que informam a atuação da Administração Pública.

33.16 Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

33.17 O foro da comarca de Niterói é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a esta licitação e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Niterói, XX de maio de 2026

André Bento
Diretor -Presidente

Carolina dos Santos Muniz Caetano
Pregoeiro

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO

TERMO DE REFERÊNCIA NELTUR

Processo Administrativo nº 9900021427/2026

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada na locação de veículos automotores de passeio e utilitários, sem condutor e com quilometragem livre, para atender às necessidades operacionais nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE MESES	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO (SEDAN EXECUTIVO) Motor mín. 2.0 ou Turbo; Combustível: Flex; Câmbio Automático; Cor: Preta ou Prata. Itens Obrigatórios: Bancos em couro (preferencial), Central Multimídia, Câmera de ré, Sensor de estacionamento, Piloto automático, Rodas de liga leve, Airbags frontais e laterais. Porta-malas com capacidade mínima de 470 litros. Manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada.	4014	Mês	12	1		



PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

2	VEÍCULO DE SERVIÇO (SEDAN INTERMEDIÁRIO) Motor mín. 1.3 Turbo; Combustível: flex.; Câmbio Manual ou Automático; Cor: Branca ou Prata. Itens Obrigatórios: Vidros elétricos nas 4 portas, Travas elétricas, Alarme, Central Multimídia, Computador de bordo, Sensor de ré. Porta- malas com capacidade mínima de 525 litros. Manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada.	4014	Mês	12	2		
3	VEÍCULO UTILITÁRIO (TIPO PICK-UP COMPACTA - CABINE SIMPLES) Motor 1.6 Flex; Cabine Simples; Cor: Branca ou Prata. Itens de Carga (Essenciais): Protetor de Caçamba (Bedliner) volume de 924L; Capota Marítima; Ganchos para amarração. Capacidade de carga mínima: 664kg. Manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada.	4014	Mês	12	1		



PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Conforme o justificado previamente na fase de planejamento da contratação, no item 9 do Estudo Técnico Preliminar, que concluiu que após análise técnica e mercadológica, conclui-se que não é recomendável o parcelamento da contratação, uma vez que o objeto consiste em uma solução integrada de frota para a Neltur. Embora os veículos sejam itens distintos, a contratação em lote único mostra-se mais vantajosa para a Administração, pois possibilita ganho de escala, resultando em propostas mais econômicas, além de proporcionar maior eficiência na gestão contratual ao concentrar em um único fornecedor as responsabilidades relativas à manutenção, substituições, pagamentos e fiscalização. Ademais, a contratação conjunta assegura a padronização dos serviços, garantindo que todos os veículos sigam as mesmas regras de manutenção, seguro e assistência. Sob os aspectos operacional e econômico, essa abordagem também contribui para a redução de custos administrativos e para o cumprimento mais eficiente dos prazos, razão pela qual se justifica a adoção da contratação global como medida que melhor atende aos princípios da economicidade e da eficiência.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contado da assinatura do Contrato entre as partes.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6 O contratado deverá assinar o instrumento contratual no prazo de 15 dias úteis, contado da convocação da Administração, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis, nos termos do art. 75 da Lei nº 13.303/2016.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Niterói Empresa de Lazer e Turismo (Neltur), sociedade de economia mista constituída pela Lei Municipal nº 33/1975, possui a missão de fomentar, planejar e gerir o turismo no

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

município de Niterói. Para o adequado cumprimento de suas atribuições institucionais, a empresa demanda uma frota de veículos apta a atender, de forma simultânea e eficiente, às necessidades operacionais de seus diversos setores.

2.2 Ressalta-se, inicialmente, que a presente contratação tem como motivação principal o término da vigência do Contrato nº 10/2021, vinculado ao Processo Administrativo nº 5000000113/2021, com encerramento previsto para 16/07/2026, não havendo possibilidade jurídica de prorrogação. Tal cenário impõe à Administração a adoção de providências tempestivas para evitar a descontinuidade de serviços essenciais desempenhados pela Neltur.

2.3 No âmbito das atividades institucionais, justifica-se a disponibilização de veículo ao Diretor-Presidente em razão das atribuições estratégicas do cargo e da necessidade de deslocamentos frequentes para reuniões com órgãos públicos, parceiros institucionais e acompanhamento de projetos e grandes eventos.

2.4 A medida garante maior agilidade, pontualidade e eficiência no cumprimento da agenda, além de assegurar adequada representação institucional perante autoridades e investidores. Ademais, contribui para a segurança e previsibilidade logística em compromissos externos, evidenciando-se como providência necessária ao adequado desempenho das funções e ao atendimento do interesse público.

2.5 Ademais, as atividades de fiscalização e gestão turística exigem deslocamentos constantes das equipes técnicas e diretorias para acompanhamento e vistoria “in loco” de contratos administrativos, equipamentos turísticos e grandes eventos do calendário oficial da cidade. Nesse contexto, cumpre destacar a magnitude dessas operações, a exemplo do Réveillon de Niterói 2025/2026, que registrou público estimado em cerca de 700 mil pessoas, evidenciando a complexidade logística e a necessidade de suporte operacional contínuo. Tais atividades também abrangem diligências técnicas em processos licitatórios, incluindo verificação de endereços e da capacidade operacional de empresas, bem como a gestão de roteiros e equipamentos turísticos distribuídos pelo município.

2.6 Ainda nesse contexto, a Neltur é responsável pela operação e manutenção dos Centros de Atendimento ao Turista (CATs) e demais equipamentos turísticos municipais, o que demanda suporte logístico permanente para transporte de materiais, insumos, mobiliário e estruturas necessárias à realização de eventos e ao funcionamento regular desses espaços. Para tanto,

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

faz-se indispensável a utilização de veículo com perfil utilitário, apto ao transporte de cargas diversas.

2.7 Diante desse cenário, evidencia-se que a disponibilidade de frota adequada não constitui apenas um suporte administrativo, mas elemento essencial à continuidade, eficiência e qualidade dos serviços prestados pela Neltur, especialmente diante da crescente demanda turística e da complexidade das ações

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 Os serviços pretendidos para a contratação de empresa especializada para a locação de veículos incluem atividades típicas, tais como:

3.1.1. Disponibilização de 01 (um) veículo de representação (sedan executivo), conforme especificações técnicas detalhadas, para uso exclusivo da Presidência.

3.1.2. Disponibilização de 02 (dois) veículos de serviço (sedan intermediário), conforme especificações técnicas, para atendimento das demandas de fiscalização e das diretorias.

3.1.3. Disponibilização de 01 (um) veículo utilitário (pick-up compacta), conforme especificações, para suporte logístico e abastecimento dos CATs.

3.1.4. Realização de toda a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo fornecimento de peças e mão de obra especializada.

3.1.5. Fornecimento de serviços de assistência 24 horas (guincho e socorro mecânico) em todo o território nacional.

3.1.6. Substituição do veículo locado por outro de mesma categoria em até 24 horas, em caso de pane, acidente ou necessidade de manutenção.

3.1.7. Substituição obrigatória do veículo locado quando este atingir 90.000 km rodados, por um novo (0 km), sem ônus para a contratante.

3.1.8. Arcar com todas as despesas de IPVA, licenciamento, seguro total e taxas correlatas

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio da Solução

4.1.1 A solução a ser contratada deverá ser capaz de:

4.1.1.1. Fornecer veículos 0 km (ano de fabricação/modelo 2026), em perfeitas condições de uso, com todos os itens de série e segurança exigidos pelo CONTRAN, entregues em até 30 dias após a assinatura do contrato.

4.1.1.2. Disponibilizar 01 (um) veículo de representação (sedan executivo), com motor mínimo 2.0 ou turbo, câmbio automático, cor preta ou prata, bancos em couro (preferencial), central multimídia, câmera de ré, sensor de estacionamento, piloto automático, rodas de liga leve, airbags frontais e laterais, e porta-malas com capacidade mínima de 470 litros.

4.1.1.3. Disponibilizar 02 (dois) veículos de serviço (sedan intermediário), com motor mínimo 1.6 ou 1.0 turbo, combustível flex, câmbio manual ou automático, cor branca ou prata, vidros e travas elétricas, alarme, central multimídia, computador de bordo, sensor de ré, e porta-malas com capacidade mínima de 525 litros.

4.1.1.4. Disponibilizar 01 (um) veículo utilitário (pick-up compacta, cabine simples), com motor 1.6 flex, cor branca ou prata, protetor de caçamba (bedliner) com volume mínimo de 924L, capota marítima, ganchos para amarração e capacidade de carga mínima de 664kg.

4.1.1.5. Assegurar a manutenção preventiva e corretiva dos veículos por conta da contratada, incluindo fornecimento de peças, mão de obra e serviços de assistência 24 horas (guincho e socorro mecânico).

4.1.1.6. Garantir a substituição do veículo, sem ônus para a contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas em caso de pane, acidente ou manutenção programada, por veículo reserva de mesma categoria e com tanque cheio.

4.1.1.7. Substituir obrigatoriamente o veículo locado quando este atingir 90.000 km rodados, por outro 0 km, sem qualquer custo adicional para a NELTUR.

4.1.1.8. Manter a quilometragem livre, sem qualquer tipo de limitação pré-estabelecida, para atender à imprevisibilidade das demandas institucionais.

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

4.1.1.9. Arcar com todas as despesas de IPVA, seguro total (com cobertura mínima

De R\$ 100.000,00 para danos materiais/perda total e R\$ 50.000,00 para danos a terceiros), licenciamento e taxas correlatas, mantendo o veículo sempre regularizado.

4.1.1.10. Licenciar os veículos obrigatoriamente no Estado do Rio de Janeiro.

Sustentabilidade:

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Manual de Compras Sustentáveis do Município de Niterói:

4.2.1. Poderá ser priorizada a oferta de veículo automotor que utilize o combustível renovável dentre eles o etanol, gás natural veicular e o biodiesel, inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998.

4.2.2. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

4.2.3. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

4.2.4. Poderá ser priorizada a oferta de veículo que possua eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A (mais eficiente) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular).

Da participação de empresas sob a forma de consórcio

4.5. Não será permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio, em razão das características do objeto, que consiste na contratação de empresa especializada na locação de veículos automotores de passeio e utilitários, sem condutor e com quilometragem livre, para atendimento das necessidades operacionais da

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

Administração. Trata-se de serviço comum, amplamente ofertado no mercado por empresas do ramo, não demandando elevada complexidade técnica ou econômico-financeira que justifique a formação de consórcios para sua execução.

4.6 Além disso, a participação de consórcios nesse tipo de contratação pode acarretar riscos relevantes à adequada execução contratual, especialmente por se tratar de serviço contínuo, padronizado e que demanda elevada previsibilidade operacional. Destaca-se, inicialmente, o risco de fragmentação da responsabilidade, uma vez que, embora haja previsão de responsabilidade solidária entre as consorciadas, podem surgir conflitos internos quanto à execução de obrigações como manutenção, substituição de veículos e atendimento a chamados, dificultando a identificação célere do responsável e comprometendo a solução de problemas.

4.7 Há também o risco de despadronização da frota e dos serviços, considerando que empresas consorciadas podem possuir estruturas operacionais distintas, com diferentes padrões de manutenção e qualidade, o que impacta a uniformidade exigida na prestação. Soma-se a isso o aumento da complexidade na gestão e fiscalização contratual, tendo em vista a multiplicidade de interlocutores, o que pode dificultar a comunicação, o controle de desempenho e a aplicação de penalidades.

4.8 Adicionalmente, verificam-se riscos de entraves operacionais e contratuais, como divergências entre as consorciadas, dificuldades na tomada de decisões conjuntas ou eventual substituição de membros ao longo da execução, situações que podem gerar atrasos ou comprometer a continuidade dos serviços. Por fim, há o risco de impacto direto na disponibilidade da frota em caso de inadimplemento parcial de uma das empresas integrantes do consórcio.

4.9 Dessa forma, considerando a natureza do objeto e a necessidade de execução uniforme, eficiente e centralizada, a vedação à participação de consórcios mostra-se medida adequada e proporcional, voltada à mitigação de riscos e à garantia do interesse público.

Subcontratação

4.10. É vedada a subcontratação total do objeto. A subcontratação parcial limita-se a serviços acessórios (guincho, manutenção), nos termos da legislação vigente.

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

4.11. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

4.12. Não haverá exigência da garantia da contratação do Art. 70 da Lei nº 13.303/2016, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.14. *Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da Autorização de Compra/Serviço.

5.1.2. Oferecer serviços de Assistência 24 horas (guincho e socorro mecânico); Responsabilizar-se pela manutenção preventiva (conforme manual do fabricante) e corretiva. A preventiva deve ser agendada com antecedência mínima de 48h; Substituir o veículo em até 24 (vinte e quatro) horas em caso de pane, acidente ou manutenção, por veículo reserva de mesma categoria, com tanque cheio; O veículo reserva deverá ser disponibilizado e devolvido com tanque cheio.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

5.1.3.1 Início da execução do objeto – prazo: até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da Autorização de Compra/Serviço;

5.1.3.2 Serviços de assistência (guincho e socorro mecânico) – tempo de execução: 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

5.1.3.3 Manutenção preventiva – prazo: conforme manual do fabricante, mediante agendamento prévio com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;

5.1.3.4 Manutenção corretiva – prazo: atendimento imediato após a identificação da necessidade;

5.1.3.5. Substituição de veículo (pane, acidente ou manutenção) – prazo: até 24 (vinte e quatro) horas, com disponibilização de veículo reserva da mesma categoria;

5.1.3.6 Disponibilização de veículo reserva – condição: entrega e devolução com tanque cheio.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço Estrada Leopoldo Fróes, 773, São Francisco, Niterói - RJ, CEP 24360-000

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.3.1 Início da execução do objeto – prazo: até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da Autorização de Compra/Serviço em horário comercial de 9h as 18h;

5.3.2 Serviços de assistência (guincho e socorro mecânico): 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;

5.3.3 Manutenção preventiva: conforme manual do fabricante, mediante agendamento prévio com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;

5.3.4 Manutenção corretiva: atendimento imediato após a identificação da necessidade;

5.3.5. Substituição de veículo (pane, acidente ou manutenção): até 24 (vinte e quatro) horas;

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.4. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 13.303/2016, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A não exigência de preposto no local de execução justifica-se pela natureza do objeto, que consiste na locação de veículos sem condutor, não demandando acompanhamento presencial contínuo. As obrigações contratuais são executadas sob demanda e podem ser plenamente atendidas por canais remotos, como centrais de atendimento e meios eletrônicos.

6.8. Além disso, a exigência de preposto fixo não traria ganhos relevantes à execução, podendo gerar custos desnecessários. A fiscalização do contrato pela Administração é

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

suficiente para assegurar o cumprimento das obrigações, razão pela qual a medida se mostra adequada e proporcional.

6.9 Ressalta-se, ainda, que o preposto tem como função precípua atuar como interlocutor entre a contratante e a contratada, viabilizando a comunicação e a pronta resolução das demandas relacionadas à execução dos serviços previstos no contrato. Sua atuação, portanto, não exige presença física permanente, podendo ser exercida de forma remota, desde que assegurada a disponibilidade para atendimento tempestivo às solicitações da Administração.

6.10. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos nos termos da Lei Federal 13.303/2016 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NELTUR.

6.10. As atribuições do fiscal do contrato são aquelas descritas no item 23 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NELTUR.

Gestor do Contrato

6.12. O gestor do contrato tem como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato, as quais estão previstas no artigo 18 do Decreto Municipal 14.730/23.

6.12.1. Complementarmente, cumpre destacar que não há, na Lei nº 13.303/2016, nem no Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da NELTUR, previsão expressa da figura do gestor de contratos, sendo a disciplina normativa voltada, de forma mais direta, à atuação do fiscal e aos mecanismos gerais de acompanhamento da execução contratual.

6.12.2. Diante dessa lacuna específica, adotou-se, de forma subsidiária, a sistemática prevista na Lei nº 14.133/2021, que distingue as funções de gestor e fiscal do contrato, como forma de aprimorar a governança e a organização das atividades de acompanhamento contratual. Tal aplicação não configura analogia imprópria, mas sim utilização supletiva de diploma

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

normativo geral, com vistas a conferir maior eficiência, segregação de funções e controle à execução contratual, sem contrariar as disposições da legislação específica aplicável às estatais

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto será feita com base no relatório dos fiscais de contratos, conforme o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual, para fins de pagamento, será realizada pela fiscalização do contrato com base na análise do Relatório de Execução do Objeto, elaborado pelos fiscais de contrato designados, contendo o detalhamento dos serviços prestados no período de referência.

7.2.1. Disponibilidade da frota: verificação da efetiva disponibilização dos veículos contratados, em conformidade com as quantidades e características estabelecidas;

7.2.2. Condições de uso dos veículos: avaliação quanto ao adequado estado de conservação, funcionamento, limpeza e regularidade documental;

7.2.3. Cumprimento dos prazos contratuais: verificação do atendimento aos prazos estabelecidos para início da execução, substituição de veículos (até 24h) e agendamento de manutenção preventiva;

7.2.4. Execução das manutenções: comprovação da realização das manutenções preventivas e corretivas, conforme exigido, incluindo registros e evidências documentais.

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

7.2.5 Atendimento de assistência 24h: verificação dos chamados realizados e do tempo de resposta da contratada para socorro mecânico e guincho;

7.2.6 Substituição de veículos: análise do cumprimento do prazo e das condições (mesma categoria e tanque cheio) nos casos de indisponibilidade;

7.2.7 Regularidade fiscal e contratual: verificação da manutenção das condições de habilitação e demais obrigações contratuais.

Liquidação

7.3. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos dos artigos 7º e 8º do Decreto nº 13.281/2019.

7.4. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.4.1. o prazo de validade;

7.4.2. a data da emissão;

7.4.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.4.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.4.5. o valor a pagar; e

7.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada na Lei Federal 13.303/2016.

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

7.7. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.8. Constatando-se a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique as provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

7.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.12. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

7.13. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

7.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.15.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.16. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, TENDO COMO CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR VALOR GLOBAL – GRUPO ÚNICO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário, considerando que a remuneração da contratada estará vinculada à efetiva disponibilização dos veículos locados e à prestação dos serviços correlatos, conforme quantitativos e condições estabelecidos no instrumento contratual. Tal regime mostra-se adequado à natureza do objeto, permitindo o controle da execução pela Administração e a aferição precisa dos serviços efetivamente prestados, em consonância com as disposições da Lei nº 13.303/2016.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

Qualificação Econômico-Financeira

8.21 Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, conforme súmula 12 do TCE/RJ:

a) A participação de sociedades empresárias em recuperação judicial ou extrajudicial em procedimentos licitatórios deve ser permitida, em observância ao princípio da preservação da empresa, desde que haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação.

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.26 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (art. 65, §1º, Lei nº 14.133, de 2021).

Qualificação Técnica

8.27. Para fins de habilitação técnica, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos, a fim de garantir a qualidade e a continuidade da prestação dos serviços:

8.28. Atestado(s) de Capacidade Técnica: Apresentação de 01 (um) ou mais atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem ter a licitante executado serviços compatíveis em características limitando-se a parcela não inferior a 50% referentes a quantidades e prazos com o objeto desta licitação. O(s) atestado(s) deve(m) explicitar a experiência na gestão de frota de veículos automotores sem condutor, incluindo a

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

responsabilidade pela manutenção preventiva, corretiva e serviço de assistência 24 horas (guincho);

8.29. Comprovação de Rede de Assistência (SLA): Declaração formal de que a licitante possui, na data da assinatura do contrato, rede de assistência técnica (oficinas, guinchos) própria ou credenciada na região de Niterói/RJ e Grande Rio, capaz de atender aos chamados de manutenção corretiva e socorro mecânico dentro do prazo máximo de 2 (duas) horas, conforme exigido no Acordo de Nível de Serviço (SLA) deste Termo;

8.30. Não serão aceitos atestados que comprovem apenas a 'locação simples' sem a gestão de manutenção agregada, visto que o objeto inclui a garantia de funcionamento ininterrupto da frota

8.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.31.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, conforme prevê o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Neltur.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 Efetuar os pagamentos devidos.

10.2 Receber o objeto do contrato e atestar a execução dos serviços.

10.3 Rejeitar veículos em desacordo com as especificações, exigindo substituição em até 2 (dois) dias úteis.

10.4 Responsabilizar-se pelas multas de trânsito decorrentes de infrações cometidas por seus condutores.

10.5 Arcar com despesas de estacionamento, pedágio, lavagem simples e borracharia (furos de pneu).

10.6 Apresentar à CONTRATADA, em 72 horas, Boletim de Ocorrência em caso de sinistro, com cópia da CNH do condutor.

10.7 Disponibilizar motoristas habilitados e indicar seus dados à Contratada.

10.8 Devolver o veículo com tanque cheio ao final da locação, da mesma forma que foi recebido (Cláusula de Combustível).

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. O licitante vencedor deverá realizar a assinatura do contrato em até cinco dias úteis, a contar da homologação da licitação.

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

11.2. Disponibilizar e manter o veículo devidamente registrado, de propriedade da Contratada (ou financiado em seu nome), em perfeitas condições de uso, nas características originais de fábrica.

11.3 Apresentar no ato de celebração do Contrato o CRLV e as Apólices de seguros com cobertura total.

11.4 Arcar com despesas de IPVA, Seguro total, licenciamento e taxas correlatas.

11.5 Os veículos locados deverão apresentar cobertura de seguro total: danos materiais e perda total (mínimo R\$ 100.000,00), danos pessoais a terceiros (mínimo R\$ 50.000,00) e outras avarias. A franquia será de responsabilidade do órgão Contratante apenas em caso de sinistro causado por culpa exclusiva deste.

11.6 Licenciar necessariamente o veículo no Estado do Rio de Janeiro.

11.7 Fornecer veículo 0 km (Ano 2026) e substituí-lo obrigatoriamente quando atingir 90.000 km rodados, sem ônus para a contratante.

11.8 Entregar os veículos em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da Autorização de Compra/Serviço.

11.9 Os veículos deverão manter a cor padrão de fábrica, vedado o uso de logomarcas da CONTRATADA.

11.10 Oferecer serviços de Assistência 24 horas (guincho e socorro mecânico).

11.11 Responsabilizar-se pela manutenção preventiva (conforme manual do fabricante) e corretiva. A preventiva deve ser agendada com antecedência mínima de 48h.

11.12 Substituir o veículo em até 24 (vinte e quatro) horas em caso de pane, acidente ou manutenção, por veículo reserva de mesma categoria, com tanque cheio.

11.13 O veículo reserva deverá ser disponibilizado e devolvido com tanque cheio.

11.14 É vedada a subcontratação total do objeto. A subcontratação parcial limita-se a serviços acessórios (guincho, manutenção), nos termos da legislação vigente.

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

11.15. Manter sigilo sobre dados e informações da Contratante.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da NELTUR.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Natureza da despesa: 33.90.33

Fonte de recurso: 1.704.00

Programa de trabalho: 105223.122.0145.6187.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Niterói, 27 de março de 2026.

CAIO TODARO

Matrícula nº 552949

PROCESSO Nº	DATA
9900021427/2026	26/02/2026

ANEXO II – MODELO DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARAÇÃO

_____, (nome da empresa), CNPJ
_____, (número de inscrição), sediada
_____, (endereço completo), por
intermédio de seu representante legal, infra-assinado, DECLARA, sob as penas da Lei, para
fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada, na modalidade de
Pregão Eletrônico, que é () MICROEMPRESA ou () EMPRESA DE PEQUENO PORTE,
cumprindo os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra
em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, estando
apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo
fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, (Local), _____ de _____ de 2026

(Nome e Assinatura do representante legal)

(Nome e Assinatura do representante legal)

PROCESSO Nº	DATA
9900162180/2025	09/06/2025

ANEXO III – ANEXO MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL E/OU ESTADUAL:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CEP:

CIDADE:

ESTADO:

TELEFONE:

FAX:

E-MAIL:

DADOS BANCÁRIOS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE MESES	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO (SEDAN EXECUTIVO) Motor mín. 2.0 ou Turbo; Combustível: Flex; Câmbio Automático; Cor: Preta ou Prata. Itens Obrigatórios: Bancos em couro (preferencial), Central Multimídia, Câmera de ré, Sensor de estacionamento, Piloto automático, Rodas de liga leve, Airbags frontais e laterais. Porta-malas com capacidade mínima de 470 litros. Manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada.	4014	Mês	12	1		

PROCESSO Nº	DATA
9900162180/2025	09/06/2025

2	<p>VEÍCULO DE SERVIÇO (SEDAN INTERMEDIÁRIO) Motor mín. 1.3 Turbo; Combustível: flex.; Câmbio Manual ou Automático; Cor: Branca ou Prata. Itens Obrigatórios: Vidros elétricos nas 4 portas, Travas elétricas, Alarme, Central Multimídia, Computador de bordo, Sensor de ré. Porta- malas com capacidade mínima de 525 litros. Manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada.</p>	4014	Mês	12	2		
3	<p>VEÍCULO UTILITÁRIO (TIPO PICK-UP COMPACTA - CABINE SIMPLES) Motor 1.6 Flex; Cabine Simples; Cor: Branca ou Prata. Itens de Carga (Essenciais): Protetor de Caçamba (Bedliner) volume de 924L; Capota Marítima; Ganchos para amarração. Capacidade de carga mínima: 664kg. Manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada.</p>	4014	Mês	12	1		

PROCESSO Nº	DATA
9900162180/2025	09/06/2025

- () Optante pelo Simples Nacional
() Não Optante pelo Simples Nacional

DECLARO, que o(s) item(s) ofertado(s) está(ão) em conformidade com as especificações contidas no processo administrativo deste Edital.

DECLARO, ainda, que nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos indispensáveis à perfeita execução do objeto deste Edital, assim como abrange todos os custos com materiais e serviços necessários à entrega do(s) item(ns) em perfeitas condições de uso, eventual substituição de unidades defeituosas e/ou entrega de itens faltantes. Essa proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Niterói, ____ de _____ de 2026
(Nome e Assinatura do representante legal)

ANEXO IV- MODELO DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

(nome da empresa), CNPJ

(número de inscrição), sediada

(endereço completo), por
intermédio de seu representante legal, infra-assinado, DECLARA, para fins de direito, na
qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pelo Município de Niterói, na modalidade
de Pregão Eletrônico, conforme disposto no artigo 7º da Constituição Federal, na Lei nº 9.854,
de 27.10.1999, publicada no Diário Oficial da União de 28.10.1999, não emprega menores de
dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em
qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

_____(Local), ____ de ____ de 2026

(Assinatura do representante legal)

PROCESSO Nº	DATA
9900162180/2025	09/06/2025

(Se procurador, anexar cópia da procuração autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação).

Nome: _____

No da cédula de identidade: _____

Cargo: _____

PROCESSO Nº	DATA
9900162180/2025	09/06/2025

ANEXO V - MODELO – DECLARAÇÃO DE NÃO CONTRIBUINTE DO ISS E TAXAS MUNICIPAIS

_____, (nome da
empresa), CNPJ _____
(número _____ de _____ inscrição), sediada
_____ (endereço completo),
DECLARA, sob pena, que não é contribuinte de ISS e Taxas do Município de Niterói.

_____ (Local), _____ de _____ de 2026

(Nome e Assinatura do representante legal)

PROCESSO Nº	DATA
9900162180/2025	09/06/2025

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

_____ (nome da empresa),
CNPJ _____ (número de
inscrição), sediada _____ (endereço
completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, DECLARA, para fins de
direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pelo Município de Niterói, na
modalidade de **Pregão Eletrônico nº 900XX/2025**, que não foi declarada INIDÔNEA para
licitar com o PODER PÚBLICO, em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

_____ (Local), _____ de _____ de 2026

(Assinatura do representante legal)

(Se procurador, anexar cópia da procuração autenticada ou com o original para que se proceda
à autenticação).

Nome: _____

No da cédula de identidade: _____

Cargo: _____

PROCESSO Nº	DATA
9900162180/2025	09/06/2025

ANEXO VII- MODELO DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

A empresa _____,
CNPJ _____, sediada no
endereço _____ (endereço
completo), DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos
para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar
ocorrências posteriores.

_____, _____ de _____ de 2026

(Local)

(Assinatura do representante legal e carimbo da empresa)

PROCESSO Nº	DATA
9900162180/2025	09/06/2025

ANEXO VIII – MODELO - DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES

Ilmo. Sr.

(Autoridade a quem se dirige)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____ DECLARA ao Município de Niterói, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da Cofins, e da contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), nos termos da Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- b) apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____, ____ de _____ de 2026

(Local)

(Nome e Assinatura do representante legal)

PROCESSO Nº	DATA
9900162180/2025	09/06/2025

ANEXO IX – MODELO DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Declaração de Habilitação e em substituição ao Atestado de Visita Técnica

A empresa _____, CNPJ nº _____, tem pleno conhecimento do objeto licitado e que não poderá alegar desconhecimento de circunstâncias que influenciem na execução do Contrato, com reflexos nos respectivos custos e preços e se responsabilizará pela omissão na verificação das áreas de instalação das intervenções, conforme entendimento do TCU, Acórdão nº 149/2013, Plenário.

Niterói. ____ de ____ de 2026

(Nome e Assinatura do representante legal)

PROCESSO Nº	DATA
9900162180/2025	09/06/2025

ANEXO X- MINUTA CONTRATUAL

MINUTA CONTRATUAL

TERMO DE CONTRATO Nº ____/2026__

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE _____ **que entre si celebram a**
NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A - NELTUR, e _____, **na forma abaixo:**

Aos _____ () dias do mês de _____ de 2026, por este instrumento a **NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A - NELTUR**, sociedade de economia mista do Município de Niterói, com sede nesta Cidade, à Estrada Leopoldo Fróes, nº 773, São Francisco, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.541.968/0001-07, neste ato representada pelo seu **Diretor Presidente**, o Sr. **ANDRÉ CEZAR BARBOSA BENTO**, brasileiro, casado, hoteleiro, portador da carteira de identidade nº 124289331, expedida pelo DETRAN/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 094.287.967-86 e pelo Diretor Financeiro, o Sr. **SEBASTIÃO CARLOS DONATO**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade nº 81360519-3, expedida pelo DETRAN/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 423.328.857-49, ambos residentes e domiciliados nesta Cidade, na forma estatutária, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado _____, sociedade empresária limitada inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, estabelecida na _____/RJ, CEP: _____, neste ato representada pelo o Sr. _____, brasileiro, portador da carteira de identidade nº _____, expedida pelo, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente na Rua _____/RJ, CEP: _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA** de acordo com o **processo eletrônico n.º _____**, o **Edital de Pregão n.º _____/2025** e o respectivo **Termo de Referência**, regendo-se pelas normas da Lei Federal n.º 14.133/2021, na Lei Complementar n.º 123/2006, na Lei n.º 13.303/2016 Decreto Municipal 176 de 2025 e ,

PROCESSO Nº	DATA
9900162180/2025	09/06/2025

REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO – NELTUR, assim como pelas cláusulas e condições seguintes

CLÁUSULA PRIMEIRA – contratação de empresa especializada na locação de veículos automotores de passeio e utilitários, sem condutor e com quilometragem livre, para atender às necessidades operacionais, de fiscalização turística e de representação institucional da Niterói Empresa de Lazer e Turismo S/A – NELTUR.

PARÁGRAFO SEGUNDO – CRONOGRAMA

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contado da publicação no Diário Oficial do Município de Niterói. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da assinatura do Contrato, em remessa única. Os bens deverão ser entregues na sede da Niterói Empresa de Lazer e Turismo, no endereço: Estrada Leopoldo Froes, nº 773, São Francisco, Niterói/RJ – CEP: 24.360-005.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;
- f) Haja informação quanto à existência de disponibilidade orçamentário-financeira para as despesas vindouras.

PROCESSO Nº	DATA
9900162180/2025	09/06/2025

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- Efetuar os pagamentos devidos.
- Receber o objeto do contrato e atestar a execução dos serviços.
- Rejeitar veículos em desacordo com as especificações, exigindo substituição em até 2 (dois) dias úteis.
- Responsabilizar-se pelas multas de trânsito decorrentes de infrações cometidas por seus condutores.
- Arcar com despesas de estacionamento, pedágio, lavagem simples e borracharia (furos de pneu).
- Apresentar à CONTRATADA, em 72 horas, Boletim de Ocorrência em caso de sinistro, com cópia da CNH do condutor.
- Disponibilizar motoristas habilitados e indicar seus dados à Contratada.
- Devolver o veículo com tanque cheio ao final da locação, da mesma forma que foi recebido (Cláusula de Combustível).

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- Disponibilizar e manter o veículo devidamente registrado, de propriedade da Contratada (ou financiado em seu nome), em perfeitas condições de uso, nas características originais de fábrica.
- Apresentar no ato de celebração do Contrato o CRLV e as Apólices de seguros com cobertura total.
- Arcar com despesas de IPVA, Seguro total, licenciamento e taxas correlatas.

PROCESSO Nº	DATA
9900162180/2025	09/06/2025

- Os veículos locados deverão apresentar cobertura de seguro total: danos materiais e perda total (mínimo R\$ 100.000,00), danos pessoais a terceiros (mínimo R\$ 50.000,00) e outras avarias. A franquia será de responsabilidade do órgão Contratante apenas em caso de sinistro causado por culpa exclusiva deste.

- Licenciar necessariamente o veículo no Estado do Rio de Janeiro.
- Fornecer veículo 0 km (Ano 2026) e substituí-lo obrigatoriamente quando atingir 90.000 km rodados, sem ônus para a contratante.

- Entregar os veículos em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da Autorização de Compra/Serviço.

- Os veículos deverão manter a cor padrão de fábrica, vedado o uso de logomarcas da CONTRATADA.

- Oferecer serviços de Assistência 24 horas (guincho e socorro mecânico).

- Responsabilizar-se pela manutenção preventiva (conforme manual do fabricante) e corretiva. A preventiva deve ser agendada com antecedência mínima de 48h.

- Substituir o veículo em até 24 (vinte e quatro) horas em caso de pane, acidente ou manutenção, por veículo reserva de mesma categoria, com tanque cheio.

- O veículo reserva deverá ser disponibilizado e devolvido com tanque cheio.

- É vedada a subcontratação total do objeto. A subcontratação parcial limita-se a serviços acessórios (guincho, manutenção), nos termos da legislação vigente.

- Manter sigilo sobre dados e informações da Contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2026, assim classificados:

PROCESSO Nº	DATA
9900162180/2025	09/06/2025

Natureza da despesa: 33.90.33

Fonte de recurso: 1.704.00

Programa de trabalho: 105223.122.0145.6187

Nota de Empenho:

Data de Empenho:

Valor do Empenho:

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas neste contrato, nos termos da proposta de preços enviada, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão de fiscalização de contrato composta por 04 (quatro) membros do **CONTRATANTE**, sendo 02 (dois) titulares e 02 (dois) substitutos, todos designados pelo Diretor Presidente, conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A comissão a que se refere o **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, sob pena de responsabilidade administrativa, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PROCESSO Nº	DATA
9900162180/2025	09/06/2025

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUARTO: A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

PARÁGRAFO QUINTO: Nos termos do artigo 78, da Lei n.º 13.303/16, a **CONTRATADA**, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da locação veicular, até o limite admitido, em cada caso, conforme previsto no processo administrativo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE: A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluía ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em conformidade com o artigo 77, da Lei n.º 13.303/16, a **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a à d, do parágrafo único, do artigo 11, da Lei n.º 8.212/91, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por

PROCESSO Nº	DATA
9900162180/2025	09/06/2025

Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A ausência da apresentação dos documentos mencionados no **PARÁGRAFO SEGUNDO** ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO QUARTO: Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

PARÁGRAFO QUINTO: No caso do **PARÁGRAFO QUARTO**, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ ____ (), pago em 1 (uma) parcela em até 30 (trinta) dias após a realização do evento, através de transferência bancária a ser realizada para o Banco , Conta Corrente n.º __, Agência n.º __, de titularidade da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal para pagamento para a **CONTRATANTE**, situada à Rua Estrada Leopoldo Fróes, número 773, São Francisco, Niterói/RJ, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS.

PROCESSO Nº	DATA
9900162180/2025	09/06/2025

PARÁGRAFO TERCEIRO: Satisfeitas as obrigações previstas nos **PARÁGRAFOS**

SEGUNDO e TERCEIRO, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IPCA (IBGE)** e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo IPC-A 9 (IBGE), que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do item 13.5, XV do Regimento de Licitação e Contratos da NELTUR e os arts 2º e 3º da Lei nº 10.192, de 14.02.2001, bem como, podendo ser utilizada a lógica do art. 14, I, do Decreto Municipal 176/2025.

PROCESSO Nº	DATA
9900162180/2025	09/06/2025

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO: Conforme expressa previsão do artigo 72, da Lei n.º 13.303/16, o presente contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO: O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na **CLÁUSULA QUARTA** ou das demais cláusulas e condições, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CONTRATANTE** poderá:

- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e;
- c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

PROCESSO Nº	DATA
9900162180/2025	09/06/2025

PARÁGRAFO QUARTO: Caso seja comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública Municipal nos termos do artigo 5º, da Lei n.º 12.846/13, o presente contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo da aplicação de multa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES: Sem prejuízo de indenização por perdas e danos, cabível nos termos do Código Civil, a Administração poderá impor a **CONTRATADA**, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações a que esteja sujeita, as sanções previstas no artigo 82 e seguintes, da Lei Federal n.º 13.303/16, nos moldes da Lei Municipal n.º 1.494/96.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro Municipal suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, a **CONTRATADA** estará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração, em conformidade com os artigos 83 e 84, da Lei n.º 13.303/16, e nos moldes da Lei Municipal n.º 1.494/96, garantida a ampla defesa e o contraditório

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

PROCESSO Nº	DATA
9900162180/2025	09/06/2025

PARÁGRAFO TERCEIRO: O não cumprimento do prazo de execução do projeto, estabelecido na **CLÁUSULA SEGUNDA**, acarretará a devolução integral do montante transferido, com juros e correção monetária, além das sanções previstas neste **CONTRATO**.

PARÁGRAFO QUARTO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão **CONTRATANTE**, devendo ser aplicada pelo Ordenador de Despesa, na forma abaixo:

- a) A advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b do **PARÁGRAFO SEGUNDO**, serão impostas pelo Ordenador de Despesa;
- b) A suspensão temporária da participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c do **PARÁGRAFO SEGUNDO**, será imposta pelo Ordenador de Despesa, devendo ser submetida à apreciação do Secretário Municipal da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada;
- c) A aplicação da sanção prevista na alínea d do **PARÁGRAFO SEGUNDO** é de competência exclusiva do Secretário Municipal da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO QUINTO: A multa administrativa, que poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra, não tendo caráter compensatório e nem eximindo a responsabilidade por perdas e danos pelas infrações cometidas, será aplicada da seguinte forma:

- a) Nos casos de compras e serviços, multa moratória por atraso de até 30 trinta (dias) no percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor da obrigação por dia de atraso;
- b) Nos casos de compras e serviços, multa moratória por atraso após 30 (trinta) dias e até 60 (sessenta) dias no percentual de 4% (quatro por cento) sobre o valor da obrigação por dia de atraso;
- c) Nos casos de obras e serviços a estas vinculados, multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor da obrigação por dia de atraso;

PROCESSO Nº	DATA
9900162180/2025	09/06/2025

d) Em caso de atraso de mais de 60 (sessenta) dias, será entendido como inexecução total do contrato;

e) Pela inexecução total ou parcial do ajuste, multa de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor das mercadorias, serviços da obrigação não cumprida, devendo o valor ser graduado conforme a gravidade da infração.

PARÁGRAFO SEXTO: Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à **CONTRATADA** quando não apresentada a documentação exigida no **PARÁGRAFO SEGUNDO** da **CLÁUSULA SÉTIMA**, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do **PARÁGRAFO SEGUNDO**:

- Não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- Sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- Será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sexto, da cláusula oitava.

PARÁGRAFO OITAVO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do **PARÁGRAFO SEGUNDO**, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO NONO: A reabilitação referida pelo **PARÁGRAFO OITAVO** poderá ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

PROCESSO Nº	DATA
9900162180/2025	09/06/2025

PARÁGRAFO DÉCIMO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do artigo 412, do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo **CONTRATANTE** ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Se o valor das multas previstas no **PARÁGRAFO QUINTO**, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação da **CONTRATADA**, para conhecimento da infração cometida, dos fatos e dos fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como da penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PROCESSO Nº	DATA
9900162180/2025	09/06/2025

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c do **PARÁGRAFO SEGUNDO**, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela **CONTRATANTE**, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com a sanção de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar pela *União, os Estados e os Municípios capitais de Estado ou com Produto Interno Bruto – PIB - igual ou maior do que Niterói, conforme listagem* divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Niterói enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Niterói enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO: As penalidades serão registradas pelo **CONTRATANTE** na Secretaria de Administração.

PROCESSO Nº	DATA
9900162180/2025	09/06/2025

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO: Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido o extrato de publicação no veículo de publicação dos atos oficiais do Município do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do **PARÁGRAFO SEGUNDO**, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Niterói.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO: As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA: O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no veículo de publicação dos atos oficiais do Município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PROCESSO Nº	DATA
9900162180/2025	09/06/2025

PARÁGRAFO SEGUNDO: Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas para a contratação, nos seguintes casos:

- I. Quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos em lei;
- II. Quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO: Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere ao item 22.2, IX do Regulamento de Licitação e Contrato da Neltur, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO: A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO: Após a assinatura do contrato, seu extrato deverá ser encaminhado para publicação até o 5º

PROCESSO Nº	DATA
9900162180/2025	09/06/2025

(quinto) dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, podendo a publicação ocorrer em até 20 (vinte) dias desta data, remetendo-se cópia aos seus órgãos de controle interno e externo, conforme o caso.

PARÁGRAFO ÚNICO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO DE ELEIÇÃO: Fica eleito o Foro da Cidade de Niterói, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Niterói, __ de __ de 2026

CONTRATANTE:

ANDRÉ CEZAR BARBOSA BENTO

PROCESSO Nº	DATA
9900162180/2025	09/06/2025

Diretor Presidente

SEBASTIÃO CARLOS DONATO
Diretor Financeiro

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

1ª -

RG:

CPF:

2ª -

RG:

CPF: